

Evangelische Indianermission: A IECLB e a missão entre os Índios

Cintia Regia Rodrigues*

Resumo: O presente trabalho analisa a prática da missão evangélica entre as populações nativas dentro de um contexto de modernização que perpassava o Rio Grande do Sul no início do século XX. A tentativa de missão da IECLB vai de 1900 até o ano de 1904. Em 1886, a Igreja Luterana se organizava oficialmente no Estado do Rio Grande do Sul e institucionalizava o Sínodo Rio-Grandense, que tinha como sede a cidade de São Leopoldo/RS. Pretende-se averiguar a elaboração e a prática do “Estatuto da Sociedade *Evangelische Indianermission*”, criado pela Igreja em 1904, tendo à frente o Pastor Rotermund, que foi um grande entusiasta na prática da missão entre os nativos. Esse documento indicava as instruções para os religiosos, mostrando a forma como estes deveriam empreender a obra missionária. Pretende-se entender ainda a articulação entre o Governo Estadual, a IELCB e a proposta de missão entre os índios no contexto das discussões em torno das políticas e práticas para as populações indígenas no início do século XX no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Índios. IECLB. Catequese. Estado Sul-Rio-Grandense. Modernização.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é abordar a tentativa de evangelização dos povos nativos pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) dentro de um contexto de modernização que perpassava o Rio Grande do Sul no início do século XX.

* Professora do Departamento de História da Universidade Regional de Blumenau — FURB. Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS: E-mail: regia_rs@hotmail.com.

O projeto de missão da IECLB vai de 1900 até o ano de 1904. Inicialmente, é necessário entender o contexto de múltiplos atores envolvidos na elaboração e concretização de políticas e práticas em torno da questão indígena no pairar do século XX, principalmente no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) chegou ao topo da política sul-rio-grandense com a Proclamação da República do Brasil. Entre 1898 e 1908, Borges de Medeiros atuou como presidente do Estado, sendo que o PRR permaneceu no poder até 1930, período chamado de República Velha. O PRR realizou várias obras de infraestrutura durante o longo período em que se manteve no poder, atendendo sempre “a todos os setores da sociedade”, inclusive aos interesses dos latifundiários, e buscando autonomia frente ao Estado Nacional. O partido buscava um desenvolvimento conjunto para o Estado, a fim de modernizá-lo. O projeto do PRR esteve alicerçado nas ideias de Comte¹.

Segundo Sponchiado, sobre a lei dos três estados:

No Estado teológico – estado natural e primitivo da inteligência humana –, os fenômenos explicam-se pela intervenção arbitrária de agentes sobrenaturais que ficam responsáveis por todas as transformações do universo. No Estado metafísico, forças abstratas tomam lugar dos agentes sobrenaturais na explicação da experiência humana. No Estado positivo, a inteligência do homem, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia à procura da origem e do destino do universo e ao conhecimento das causas íntimas dos fenômenos para preocupar-se exclusivamente com o descobrimento, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, das leis efetivas, isto é, das relações invariáveis de sucessão e semelhança que ligam os fenômenos (SPONCHIADO, 2000, p. 378).

Os positivistas, principalmente com base nas ideias da Igreja Positivista do Brasil (IPB), na figura de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, acreditavam que as populações indígenas eram livres como quaisquer outras, além de serem donas dos territórios que habitavam. Os positivistas ressaltavam que as populações nativas eram

fetichistas ou teológicas e estariam no primeiro estágio mental da humanidade. Para tanto, era necessário ampará-las e protegê-las a fim de que pudessem atingir o estágio mental da civilização. Então, seria necessário elaborar um projeto para que essa prática desse frutos. Sendo assim, dar-se-ia aos nativos condições para evoluírem espontaneamente ao estágio positivo. Nota-se que os estudos realizados por Comte acerca do fetichismo refletem as populações africanas, mas é possível estabelecer uma relação com as populações indígenas, visto que ambas se caracterizam pelo nomadismo e pela percepção fetichista dos fenômenos que presenciam.

Mesmo com a campanha dos positivistas em favor da questão indígena, os índios não foram citados em 1891 na Constituição Federal, nem na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. A partir da instalação da República, anterior à criação do SPILTIN (Serviço de proteção ao Índio e localização de trabalhadores nacionais), que ocorreu em 1910, o governo federal, organizado em uma federação, delegava aos Estados maior autonomia, não estando, porém, totalmente alheio às questões indígenas, mesmo que a maioria dos problemas em relação ao assunto ainda fosse mais discutida em níveis estaduais.

Cabe ressaltar que todos os Ministérios Federais, de alguma forma, estiveram envolvidos com os assuntos referentes aos silvícolas. Isso aconteceu devido aos desentendimentos ocorridos na questão fundiária, ligados diretamente à questão indígena. Eram constantes os confrontos entre os colonos e os índios, uma vez que, com o término da escravidão no Brasil, os imigrantes eram os trabalhadores em potencial e muitos destes adquiriram terras do governo federal, passando por cima dos primeiros habitantes. Afinal, os indígenas não eram entendidos como trabalhadores em potencial, pois, devido ao seu modo de vida, não estavam preparados para se juntar às fileiras da expansão da sociedade nacional, pelo menos até a efetiva instalação do SPILTIN.

Segundo Stauffer (1960-1961), os primeiros anos da república foram caracterizados por uma aceleração do avanço fronteiriço através do país inteiro, sendo que largas áreas de terras foram potencialmente tiradas à força dos índios. O autor enfatiza ainda que a marcha colonizadora para o oeste não representava uma penetração tão rápida ou profunda do interior como as comissões de limites, as ferroviárias e telegrafias ou as expedições etnológicas e geográficas. Também coloca

que a nação brasileira estava desejosa de alcançar o progresso, mas a matança de nativos era inevitável, principalmente com a construção das ferrovias. Chama atenção um caso do Rio Grande do Sul:

Nunca a nação esteve tão desejosa ou tão bem preparada financeira e tecnicamente para desenvolver seus ricos recursos de terra, *mas tal desenvolvimento exigiu ou a cooperação do índio ou seu afastamento das regiões que deviam ser exploradas*. Infelizmente a tarefa de obter a confiança e amizade do nativo demandava tempo. Extermínio parecia um caminho mais rápido e mais seguro, para impedir qualquer oposição presente e futura. *O massacre de índios que constituíam uma ameaça ao avanço do branco tornou-se prática normal [...] Assim, perdas de vida caracterizavam o progresso hesitante nas obras [...] da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em 1908* (grifo do autor) (STAUFFER, 1960-1961, p. 452).

Havia uma política de colocar os toldos² próximos às ferrovias e usar os nativos como mão de obra. Por outro lado, os que não contribuíam com a sua força de trabalho eram exterminados. Junto ao processo de modernização, do qual os nativos participavam, pairava a ideia de que aqueles que não trabalhavam atrapalhavam o progresso.

Ocorria um embate muito grande entre os vários setores da sociedade que discutiam a questão do nativo, pois pretendiam dar fim ao problema indígena de maneiras diversas. Essa discussão estava polarizada na possibilidade ou não de o nativo tornar-se civilizado. Nota-se, então, que havia duas posições antagônicas a respeito dos índios do Brasil: os que, de alguma forma, acreditavam que eles estavam num estágio primitivo e que poderiam chegar à civilização, como os positivistas, e os que compartilhavam a ideia do naturalista Hermann Von Ihering³ de que de que isso jamais aconteceria, sendo preciso exterminá-los. Hermann Von Ihering também se colocava contra a miscigenação entre o branco e o índio, em função de sua convicção sobre os preceitos do determinismo racial ou darwinismo social⁴.

É pertinente destacar que, anteriormente ao processo de instalação da República no Brasil, a assistência às populações autóctones era realizada quase que totalmente por missionários da Igreja

Católica. Mas, em 1891, com a Constituição, ocorreu a separação de Estado e Igreja. Como ressalta Rocha, “[...] a República buscava substituir a ‘redenção dos selvagens pela fé’ do período anterior, pela ‘evolução pela técnica’” (1993, p. 15). Nessa perspectiva, promoveu-se um projeto leigo para suprir as ações religiosas junto aos nativos, percebendo-se um Estado Nacional formalmente separado da Igreja.

Conforme Lima (1987), ocorreu uma ampla rodada de debates entre várias instituições que reivindicavam para si a autoridade e a elaboração da política indigenista na República, destacando-se entre eles políticos, intelectuais, jornalistas, etnógrafos, dentre outros. A controvérsia girava em torno de dois pontos fundamentais: havia os que defendiam a continuidade da atuação da Igreja Católica entre os nativos e os que entendiam que o governo federal era responsável pela estruturação de uma política para eles, tendo como objetivo sua integração à sociedade nacional e, em consequência, enquadrá-los nas diretrizes do progresso. Nessa última corrente, que defendia a assistência leiga aos nativos, encontravam-se vários membros que professavam os preceitos comteanos, criando-se em 1910 o SPILT.N.

A IELCB no Rio Grande do Sul

A partir de 1888, a Sociedade Evangélica de Barmen, na Alemanha, responsável por enviar professores e pastores para o Rio Grande do Sul, publicou, em sua revista *Der Deutsche Ansiedler (O Colono Alemão)*, algumas notícias relacionadas aos nativos do Brasil (WITT, 1999). Ao passo que os Capuchinhos franceses desenvolveram a catequese entre os nativos do toldo do Fachinal, os missionários da Igreja Luterana dedicaram-se à catequese dos nativos nos toldos de Pontão e do rio Ligeiro, no município de Lagoa Vermelha, com o Pastor Bruno Stysinski.

É preciso destacar que a condição da Igreja Luterana no raiar do século XX era distinta da Católica. Ainda que a Igreja Católica estivesse em processo de reestruturação no Estado e buscasse conquistar seu espaço, ela continuava a desfrutar de uma condição mais privilegiada, pois era considerada a religião oficial no Império do Brasil. Mesmo com a desestruturação do padroado, com a procla-

mação da República, a Igreja Católica continuava tendo uma inserção política maior na sociedade brasileira do que a Igreja Evangélica, que era marginalizada em termos políticos e praticava seus cultos praticamente de forma clandestina. Essa situação fizera com que as comunidades luteranas permanecessem de certa forma isoladas. Ainda havia outro aspecto a ser agregado: grande parte dos luteranos era de origem germânica, e a localização geográfica das colônias reforçava essa condição de isolamento. Mesmo assim, a Igreja Evangélica concentrava-se em franco processo de estruturação no Estado.

Em 1886, a Igreja Luterana organizava-se oficialmente no Estado e institucionalizava o Sínodo Rio-Grandense⁵, que tinha como sede a cidade de São Leopoldo. “[...] A fundação do Sínodo Rio-Grandense foi de suma importância, pois agora era dada ao protestantismo do Rio Grande do Sul a oportunidade de se apresentar como uma unidade diante das autoridades civis” (DREHER, 1984 apud DECKMANN, 1985, p. 12).

Também é preciso observar que, durante o século XIX, existiram esforços por parte da “Associação Evangélica para os Alemães Protestantes da América do Sul” de empreender a catequese dos nativos, mas esse fato fora barrado por autoridades civis e católicas. Segundo Deckmann (1985), houve tentativas anteriores de se empreender a catequese dos nativos, pois desde 1890 a Associação Evangélica de Barmen buscava essa prática. Porém, em função do contexto não favorável nos primeiros anos de estruturação do Sínodo, as missões entre os nativos não foram possíveis. Dessa forma, as próprias comunidades luteranas ficariam responsáveis pela ação missionária.

Deve-se ressaltar que o empreendimento da catequese dos nativos não era o consenso dos representantes das ditas comunidades evangélicas. Segundo eles, “[...] havia muito a ser feito nas próprias comunidades constituídas e na diáspora evangélica que acompanhava a interiorização da colonização” (WITT, 1999, p. 46). Por parte de representantes da Igreja Evangélica, principalmente durante os quatro primeiros anos do século XX, havia dúvidas se a catequese entre os nativos iria efetivamente se concretizar e desenvolver, pois era grande a falta de verbas. Isso pôde ser observado em um dos encontros da Assembleia Sinodal, no ano de 1904. Essa preocupação fora publicada no jornal *Sonntagsblatt* sob o título de “Die Indianer-Mission”

e como “A missão indígena” no jornal do Sínodo Rio-Grandense. O conteúdo da notícia mostrava claros indícios da indecisão, por parte de representantes da Igreja Evangélica, sobre os rumos da catequese entre os nativos. Também mostrava indignação sobre a possibilidade de serem enviados missionários da Alemanha para o trabalho entre os nativos. Além disso, registrava uma possível viagem a ser realizada pelos Pastores Rotermund e Beckmann à região das missões, a qual os próprios pastores estariam dispostos a bancar as despesas.

Segundo Dreher, sabe-se que o Pastor Rotermund fora um grande entusiasta da prática de missão entre os nativos, pois existem escritos nos quais o dito pastor passava instruções para missionários, ou seja, explicava a forma como estes deveriam empreender a obra missionária (DREHER, 1984, p. 89-93). Em 1903, dois missionários, Curt Haupt e Otto Von Jutrenka, desembarcam no Rio Grande do Sul com o intuito de empreender a catequese dos nativos. Realizaram viagens aos toldos nativos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O Pastor Rotermund compôs Instruções na Assembleia Sinodal de 1904, em Taquara, para os emissários do Sínodo Riograndense no trabalho junto aos nativos:

[...] *o Comitê provisório da Missão Indígena Evangélica* assume a tarefa de enviar os senhores Otto [...] e Curt [...] aos índios de Toldo Serrinha entre Passo Fundo e Nonoai, para que se fixem ali, iniciem, sob o auxílio de Deus, a obra missionária entre a tribo dos coroados que ali habitam, e promovam essa obra, provisoriamente, por um ano, a título de experiência. O comitê provisório não tem condições de fixar uma subsistência fixa, e não responderá por eventuais dívidas contraídas pelos emissários, nem assumirá qualquer compromisso futuro. [...] Os emissários prometem lidar economicamente com as ofertas recebidas e prestar contas detalhadas trimestrais ao Comitê e relatar mensalmente em detalhes sobre vivências, experiências, trabalhos e estudos⁶ (grifo do autor) (INSTRUKTION..., 1904).

No documento, fica visível a falta de verbas do Comitê para a missão entre os nativos e percebe-se, inclusive, uma incerteza

quanto à solidez da prática da missão, pois o exercício estabelecia-se provisoriamente. Suspeita-se que o grupo era formado por sete pastores da Igreja Evangélica, que elaboraram o Estatuto da Sociedade Evangelische Indianermission, que será descrito abaixo. A prática da catequese dos nativos não era uma ideia apoiada por todos os representantes das comunidades evangélicas.

Em outra passagem das Instruções do Pastor Rotermund, ele declara quais seriam as tarefas a serem empreendidas junto aos nativos:

[...] Depois de chegados ao destino e da escolha de um lugar apropriado o mais próximo possível do Toldo, devem, de acordo com as determinações do protocolo deles conhecido, construir uma casa simples que pode servir de moradia para eles e também de escola. Para a comunicação com os brasileiros e índios ali residentes devem adquirir conhecimento do vernáculo para uso fluente, bem como empenhar-se no aprendizado da língua dos índios e familiarizar-se com seu ideário, e estudar com exatidão seus costumes e hábitos. Com as crianças devem iniciar uma escola tão logo que for possível, e influenciar as mesmas por meio de ensino e educação. Aos adultos devem tentar conquistar para o Evangelho por meio da palavra e pelo exemplo de vida (INSTRUKTION..., 1904).

As tarefas explicitadas têm como objetivo primordial criar uma escola, na tentativa de trazer o nativo à civilização, mas sempre alicerçado na fé evangélica, como também era professado pela catequese empreendida pelos Capuchinhos. As instruções eram claras quanto à necessidade de conhecer a cultura dos nativos. Sabe-se, a partir de Bourdieu (1996), que as sociedades interpretam culturas distintas de acordo com seus próprios signos e significados. Dessa forma, o contato entre missionários e nativos estabeleceria interpretações distintas acerca do contexto de ambas as culturas. As instruções de Rotermund sinalizam que essa prática entre os nativos deveria ser uma espécie de experiência e que, para prosseguir, deveria apresentar bons frutos, para que o Comitê pudesse solicitar ao Sínodo a ordenação para a missão:

[...] Caso o Comitê, como espera, depois de um ano chegar à convicção, com base nos relatórios e do trabalho, de que o trabalho deve continuar, e que os emissários se revelam capacitados para dar continuação à missão [...] o Comitê quer entrar com uma petição junto ao Sínodo Riograndense, solicitando que os dois emissários recebam a ordenação para o seu serviço (INSTRUKTION..., 1904).

Mais uma vez, fica claro que o dito Comitê não tinha apoio de todos os representantes das comunidades evangélicas que formavam o Sínodo Rio-Grandense. É necessário, porém, reforçar novamente a ideia de que a Igreja Evangélica ainda estava se organizando no Rio Grande do Sul, ao passo que, ao se observar a prática capuchinha entre os nativos, verifica-se, através da documentação trabalhada, que a Igreja Católica já desenvolvia a catequese. Essa prática já havia sido implantada desde o período colonial no Brasil e, ao longo do processo de colonização, continuou a ser implementada e reorganizada a partir do próprio contexto vigente.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar o Estatuto da Sociedade Evangelische Indianermission, que foi criado por sete pastores da Igreja Evangélica. Suspeita-se que o Pastor Rotermund estava à frente desse empreendimento. O Estatuto possuía treze parágrafos e não há indicação da data de sua elaboração, tampouco uma assinatura. Provavelmente esse documento foi criado oficialmente⁷ no ano de 1903, quando ocorreu a 17ª Assembleia Sinodal e quando ocorria a polêmica em torno da necessidade ou não da catequese das populações nativas.

O Sínodo reconhece a necessidade da missão entre índios, mas por enquanto, precisa renunciar a este trabalho. Em oposição a isso manifesta-se disposto a transferir recursos financeiros disponíveis para a missão entre os índios a um Comitê de Missão que está em formação (XVII SINODAL-VERSAMMLUNG, 1903, p. 201).

Seguem, abaixo, as diretrizes do Estatuto:

§ 1. Sob a denominação “Missão Evangélica entre Índios” constitui-se no Rio Grande do Sul uma sociedade que se propõe, em primeiro lugar, levar aos índios desse Estado o Evangelho de Cristo e com base nisso educá-los para a cultura.

§ 2. A sociedade pretende alcançar seu objetivo por meio do envio de missionários e apoio aos mesmos.

§ 3. Os missionários devem sediar-se nas regiões indígenas, anunciar ali, de acordo com a ordem de nosso Salvador, o Reino de Deus e despertar e cultivar costumes cristãos e ordens por meio da vivência própria e por meio da observação da disciplina. Determinações mais detalhadas eles receberão por meio das instruções que lhes são fornecidas.

§ 4. *A Sociedade Missionária não se encontra em nenhuma relação de dependência de qualquer uma das corporações eclesiásticas existentes deste Estado.*

§ 5. *A direção responsável da Missão Evangélica entre Índios é o comitê permanente eleito pela Sociedade, constituído de 7 pessoas.*

§ 6. A Sociedade demandará direitos corporativos, para que o patrimônio da Sociedade fique garantido.

§ 7. São membros dessa Sociedade todas as comunidades que apóiam o trabalho da sociedade com uma contribuição anual no mínimo de Mil Reis. Esta contribuição pode consistir 1. de coletas anuais, 2. de contribuições espontâneas ou de outras doações.

§ 8. Uma comunidade que consegue angariar anualmente entre 10 a 100 mil réis para nossos fins, tem 1 voto nas

assembléias gerais, de 100 a 150 mil réis 2 votos, acima de 150 mil réis 3 votos.

As comunidades contribuintes têm o direito de enviar para a assembléia geral da Sociedade delegados de acordo com suas contribuições; caso tais comunidades não enviarem delegados para as assembléias gerais, outros membros presentes dessa comunidade podem ser comissionados com o direito a voto de acordo com o montante da contribuição da comunidade na assembléia geral.

§ 9. O provisionamento e a supervisão geral dos obreiros e de todo o trabalho em geral é da competência do comitê.

§ 10. Este deverá apresentar um relatório anual à assembléia geral sobre os trabalhos e deverá executar as decisões da assembléia geral.

Compete a ele o direito exclusivo de contratar e demitir os missionários e o pessoal auxiliar, é sua tarefa entusiasmar e conquistar a Igreja de origem para a missão. Deve, na medida do possível, representar o trabalho da Sociedade Missionária em festas da missão, fazer em geral tudo o que é necessário para a manutenção e promoção da obra.

§ 11. O comitê se reúne regularmente a cada 3 meses. Nessas reuniões serão lidos e discutidos os relatórios dos missionários que deram entrada, é examinada a caixa, são despachados os requerimentos apresentados e tudo que diz respeito ao trabalho, o comitê toma decisões sobre o necessário emprego de verbas para o trabalho missionário.

§ 12. Decisões sobre ampliação do trabalho e instalação de novas estações missionárias carecem da autorização da assembléia geral.

§ 13. O comitê tem o direito de convocar uma assembléia geral extraordinária para discutir questões importantes sobre as quais ele mesmo não quer decidir, no entanto, essa assembléia geral tem que ser anunciada no mínimo com 4 semanas de antecedência por meio do Boletim Informativo da Sociedade (grifos nossos) (EVANGELISCHE..., [1903?]).

O documento demonstra claramente que o Comitê de sete pastores elaborou o Estatuto para a prática da catequese entre os nativos do Estado. A missão entre os nativos era tão importante que os religiosos pretendiam profissionalizar o processo através do Comitê. Nota-se que o quarto parágrafo declara que a “Missão Evangélica entre os Índios” não era filiada a nenhuma corporação eclesiástica do Estado, mas, ao se observar as Instruções elaboradas por Rotermond para os emissários Curt e Otto, fica evidente que ela seria desenvolvida a partir dos preceitos da Igreja: “estudar a doutrina de nossa Igreja evangélica” (INSTRUKTION..., 1904). Percebe-se que o Comitê era composto por membros da Igreja Evangélica, mas não estava ligado institucionalmente a ela. O motivo pelo qual essa situação teria sido criada pode estar relacionado ao fato de que a obra religiosa junto aos nativos não era ponto comum, pois alguns membros acreditavam que havia outros trabalhos a serem empreendidos nas comunidades evangélicas. Também não foram encontrados outros documentos, atos, relatórios (apenas um, elaborado em 19 de agosto de 1904, que será explicitado adiante) ou locais de assembleias que comprovassem a continuidade do trabalho do Comitê, a qual ficou disposta nos parágrafos 10 a 13 do Estatuto.

A construção do Comitê por religiosos da IECLB, a catequese dos nativos empreendida pelos Capuchinhos e a prática dos ideais positivistas entre as populações nativas no Estado nos primórdios do século XX ocasionaram a disputa pelas almas indígenas.

Os primórdios da empreitada evangélica em torno das missões entre os nativos aconteceram em maio de 1900, quando foi realizada a 14ª Assembleia Sinodal, em Lomba Grande. Nesse encontro, o Pastor Bruno expôs os motivos pelos quais se deveria empreender a catequese entre os nativos, em vista da viagem que havia realizado pelo interior do Estado anteriormente no mesmo ano. Nessa reunião, foi criado

um fundo para arrecadar verbas para a missão (WITT, 1999). No raiar do ano de 1900, o Pastor Bruno empreendera visitas às aldeias *Kaingang* nos toldos de Ligeiro e Pontão, localizados no município de Lagoa Vermelha. Em seus escritos, relata que a civilização não se aproximara dos nativos como se fossem irmãos que apenas necessitavam de instrução, mas que “[...] os índios só são tolerados lá onde o colono brasileiro ou o estrangeiro não consegue penetrar, isto é, nas selvas mais afastadas” (STYSINSKI, 1902). Essa descrição nos remete ao contexto em que se encontrava o Estado do Rio Grande do Sul, onde a modernização era inevitável sob o comando do PRR, que já estava à frente do Governo Estadual. Era necessário abrir espaços para a penetração da colonização e, conseqüentemente, construir estradas de rodagem e de ferro. Outra publicação dos escritos do Pastor Bruno ressalta a importância de resgatar os nativos da vida infeliz que levavam e ingressá-los na civilização. Também critica a obra da Igreja Católica no processo de Missão que estabelecera no período colonial:

[...] No abençoado solo do Rio Grande não devem continuar a vegetar esses restos da infeliz raça indígena, esses brasileiros expoliados por força da evolução dos povos; urge que venham viver ao nosso lado, como as mesmas vantagens que a civilização nos faculta.

Em Missões e em outros sertões do Estado existem espalhados muitos descendentes de indígenas meio civilizados, mas grande parte contaminados pelo vírus da immortalidade e do alcoolismo, males que lhes trouxeram os conquistadores, de nada tendo-lhes valido a grande republica jesuítica que desapareceu como um sonho com as reduções, sem nenhum proveito deixar para os infelizes que escravisára (STYSINSKI, 1901, p. 250-251).

Ainda em seus escritos, Stysinski declara que a Igreja Evangélica é a responsável por tentar reavivar as missões entre os nativos no Estado do Rio Grande do Sul (STYSINSKI, 1902). Na disputa por almas, cada instituição – a IECLB e a Igreja Católica – tenta desacreditar o método do outro.

Referente à situação dos nativos, tanto em Pontão quanto em Rio Ligeiro, segundo o Pastor Bruno Stysinski, não havia qualquer assistência governamental ou religiosa. Ele apontou inúmeras adversidades para o trabalho missionário entre os índios. Além de motivos de ordem econômica, também relata o descomprometimento do governo estadual com o projeto. O governo do Estado liberara verbas para a obra dos capuchinhos, mesmo que apenas num primeiro momento, devido ao contexto de elaboração do SPILT. Analisando a relação da Igreja Evangélica com o Estado sul-rio-grandense, nota-se um certo distanciamento de ambas as partes, principalmente em se tratando de disponibilizar verbas para a catequese evangélica.

Voltando à primeira viagem empreendida pelo Pastor Bruno a Lagoa Vermelha, em 1900, também é preciso destacar que, nos primeiros dias de 1901, ele receberia um reforço, a professora Adele Pleitner, da Fundação Evangélica de Hamburgo Velho, Novo Hamburgo, que seguia para Lagoa Vermelha com o intuito de ensinar e desenvolver trabalhos manuais com as mulheres nativas (AUS KIRCHE..., 1901, p. 111). Mas ela declinou de sua decisão em função de pressões familiares e da comunidade católica.

Em meados de 1900 e princípios de 1901, o Pastor Bruno empreende sua segunda viagem aos nativos do Estado, precisamente para as aldeias de Nonoai, Serrinha e arredores⁸. Em seus escritos, descreve algumas aptidões dos nativos, principalmente na lida da lavoura, e menciona que alguns eram procurados para o trabalho na agricultura e outros, os chamados diaristas, segundo o autor, “[...] eram muito apreciados na região” (STYSINSKI, 1902, p. 161). Os nativos, a partir do contexto em que se encontravam, criaram suas próprias interpretações⁹; a partir do contato com o moderno, com o processo de modernização que estava em marcha no Estado, reelaboravam sua cultura (SAHLINS, 2001), pois as populações nativas não eram signos da modernidade, realizando, assim, uma espécie de negociação com a modernidade. Em outro trecho, o autor continua a relatar as reinterpretações dos nativos ao contato com a civilização:

[...] Vive no Municipio de Palmeira um indio que possui um engenho de açúcar e maneja seu negocio com grande sucesso e independentemente. Alguns encontrei em Nonoai e Serrinha

que plantam fumo e o vendem em rolos. O pedaço que me ofereceram era de excelente qualidade e ainda o tenho guardado ao lado de chapéus, peneiras e cestas e outras provas de sua aplicação ao trabalho. Ao lado de plantações de fumo possuem pequenas roças de milho, mandioca, abobora, melancia e feijão. Criam geralmente so porcos e galinhas. Raro encontra-se um cavalo entre eles, mas quase sempre cachorros. *A minha pergunta porque plantam tão pouco, e porque não criam gado responderam que lhes faltava ferramentas agrícolas necessarias, também não tem vontade de faze-lo porque receiam serem expulsos de suas terras e matas* (grifo do autor) (STYSINSKI, 1902, p. 162).

Por fim, o missionário destaca as medidas que ajudariam a empreender a obra missionária ou civilizadora entre os nativos:

[...] o único caminho certo e a primeira condição seria obter do Governo que as matas e campos onde eles vivem e os quais parcialmente cultivam fossem reconhecidos como propriedade, e demarcadas. Faz-se isso para os imigrantes estrangeiros, porque so os nossos indígenas devem permanecer sem teto.

Neste sentido e para esse fim bati primeiro, oralmente, na porta do palácio do Governo. Neste ano o cônsul Gustavo Pook teve a gentileza de entregar pessoalmente meu Relatório ao Presidente do Estado Dr. Borges de Medeiros [...]

Ate agora não obtive porem êxito apesar de todos os esforços.

Neste meio tempo alguns pastores evangélicos do Sínodo Rio Grandense com a ajuda de alguns amigos daqui e da Alemanha fundaram uma sociedade Missionária e planejaram mandar um Missionário aos índios (grifo do autor) (STYSINSKI, 1902, p. 164-165).

Já no período em questão, nos primórdios do século XX, era levantado o tema da demarcação de terras aos nativos. No documento

anteriormente disposto, menciona-se a medida tomada a favor dos imigrantes, ao passo que os nativos não tinham a mesma sorte. Nota-se que o governo do Estado não estava interessado na catequese dos nativos por parte de missionários evangélicos, uma vez que estes, em sua maioria, eram estrangeiros, e o governo estava interessado no processo de nacionalização das populações. No final do documento, menciona-se o encaminhamento de missionários evangélicos aos nativos; a sociedade missionária, na verdade, era a “Missão Evangélica entre Índios”, já descrita anteriormente. Quanto ao envio de um missionário para junto dos nativos, esse plano se materializaria, na verdade, em dois emissários: Curt Haupt e Otto Von Jutrzenka.

Anteriormente foram descritas as instruções do Comitê para a catequese dos nativos pelos dois emissários, que ocorreram em 1903. Nesse mesmo ano, os emissários e alguns representantes do Sínodo Rio-Grandense foram relatar seu projeto ao Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros. Deste, apenas receberam as passagens de trem para Passo Fundo¹⁰. Mais uma vez, fica visível que o Governo Estadual não estava em consonância com a missão protestante.

Em agosto de 1904, os missionários Curt e Otto¹¹ redigiram um relatório à Comissão Missionária, de acordo com o que fora sinalizado nas diretrizes estabelecidas nas Instruções elaboradas por Rotermund no início do empreendimento. No relatório, descrevia-se inicialmente que a notícia da chegada dos pastores havia causado uma grande alegria. Os nativos inclusive destacavam “Agora somos ricos” (WITT, 1999, p. 50). Além disso, teriam prometido que não iriam mais ingerir bebidas alcoólicas. Isso remete à ideia de que poderia haver problemas com esse tipo de bebida nos toldos. Posteriormente, o governo estadual elaborou a Lei nº 4.294, de 6 de julho de 1921, que versava sobre a proibição de fornecer bebida ou substância inebriante com o fim de embriagar para qualquer indivíduo em local público. Prosseguindo o relato, Curt e Otto discorrem sobre a escolha de um local para construir uma casinha. Esse item também havia sido descrito nas Instruções de Rotermund. Também enfatizavam que os nativos não falavam com facilidade a língua portuguesa, mas é necessário ressaltar que os próprios missionários eram estrangeiros, portanto igualmente não dominavam a língua nacional. Esse fator era um ponto negativo para as missões luteranas, visto que se

pretendia nacionalizar as regiões habitadas por imigrantes e nativos, e os missionários luteranos não tinham domínio da língua.

Outro aspecto importante abordado pelos missionários mostra que, a certa altura, com o passar o tempo, o clima amistoso vivido com os Kaingang teria chegado ao fim.

[...] O motivo é que muita gente destes campos, tem estado a nos fazer suspeitos ao Cacique Manoel Oliveira e á gente delle, como ainda hoje fez um tal Manoel em presença de 10 índios e do Cacique.

Nós possuimos pessoalmente a confiança de todos os habitantes do toldo e não temos receio que corramos riscos, mas é natural que em consequência de taes suspeições, nossa autoridade e influencia diminuirão e os trabalhos para instrucção e educação soffram damos. Nós somos da opinião que estas intrigas urdidas contra nós acabarão logo que o Sr. Presidente do Estado manifeste interesse com que ele acompanha o empenho de civilizar os índios (RELATÓRIO..., 1904a).

O contexto que havia se configurado dava conta de que uma importante autoridade ligada diretamente ao PRR, o Coronel Firmino Paula, subchefe de polícia e aliado de Borges de Medeiros, passou a enfrentar uma oposição empreendida pelo Coronel Serafim de Moura Reis, dirigente do município de Palmeira. Nesse sentido, a missão protestante entre os nativos não era nada interessante, uma vez que isso poderia causar ainda mais aborrecimentos. Provavelmente a recusa do Presidente do Estado em ajudar nessa questão delicada, conforme fora solicitado pelo Dr. Rotermond em relatório enviado no dia dez de setembro de 1904 (RELATÓRIO..., 1904b), implicaria estremecer sua relação com Firmino, que era um representante na assembleia, além de estar engajado na conjuntura política do Estado, principalmente da região norte.

Um fato pertinente que deve ser observado a partir de Witt (1999, p. 50), é o de que “[...] na opinião de Haupt e Jutrzenka, não seria um lugar para iniciar a missão, pois tinham notícia de que a Igreja Católica ali construiria uma escola”. Referiam-se a Nonoai.

Ainda segundo o autor, os missionários foram expulsos do Toldo de Serrinha em 1905 por índios estimulados por um padre católico (WITT, 1999). Aqui se percebe que os nativos eram usados como bodes expiatórios na disputa por almas. Então, além de submetida a questões políticas, a continuidade da missão protestante estava também à mercê das pressões católicas. A Igreja Católica não pretendia dividir espaço com a Evangélica, em se tratando da catequese dos nativos.

Considerações finais

A partir do que foi trabalhado, percebe-se que o projeto dos missionários protestantes não conseguiu se manter devido a uma série de fatores, dentre os quais destacam-se o econômico, a falta de apoio do governo, as próprias adversidades do trabalho no meio dos nativos, a questão da língua e, principalmente, o boicote por parte dos missionários capuchinhos. Já os jesuítas, segundo Deckmann¹² (1985), não viam com bons olhos o trabalho dos evangélicos, uma vez que os católicos reconheciam esse campo de atuação como seu e indivisível (p. 85). É o que demonstra Frei Bernardin:

Não se pode negar que haja no Brasil, desde alguns anos, uma formidável invasão de emissários protestantes. Tentaram se implantar em toda a parte. [...] O espírito e o coração da nação brasileira são disputados por todas as tendências; com o progresso e a instrução religiosa, com o melhoramento do clero e a organização dos leigos de boa vontade, *o catolicismo aparece mais claramente em sua realidade e reivindica seus direitos* (grifo do autor) (D'APREMONT; GILLONAY, 1976, p. 118).

Além dos fatos abordados, ainda existiu um importante aspecto pelo qual a missão protestante junto aos nativos praticamente não saiu do papel: a falta de unidade que os representantes da Igreja Evangélica tinham a respeito da questão – enquanto alguns membros gostariam que a missão acontecesse, outros pretendiam dar continuidade ao processo de organização das comunidades evangélicas. Na elaboração do Comitê “Missão Evangélica entre os Índios”, isso ficou claro, já que se

estabeleceu que a missão não deveria estar filiada a nenhuma instituição eclesíastica, mesmo se o dito Comitê solicitasse que a prática missionária entre os nativos deveria estar pautada na fé evangélica. A partir dos fatos descritos, nota-se que a Igreja Evangélica não levou adiante as missões entre os nativos, deixando o caminho livre às missões católicas. Afinal, a Igreja Católica detinha uma atuação conjunta com o Governo do Estado, que não foi alcançado pela Igreja Evangélica. Também é relevante reforçar que a Igreja Evangélica estava se estruturando no Estado, enquanto aquela se encontrava em fase de reestruturação.

Para a modernização do Rio Grande do Sul, foram tomadas várias medidas a fim de se empreender o “progresso” quando o PRR já estava no Governo do Estado. Pode-se imaginar, mesmo que a documentação analisada não o explicita, que a falta de apoio por parte do Governo Estadual às missões protestantes também era uma prática modernizante, visto que se manteve uma relação diplomática com as missões católicas junto às populações nativas por um período curto, anterior à implantação do SPILT. A Igreja Católica detinha, nesse período, mais inserção na sociedade sul-rio-grandense, quiçá também no contexto político do Estado, do que a luterana; portanto, seria mais vantajoso o contato com a Igreja Católica, pois a disputa era por almas, no caso as nativas.

EVANGESISCHE INDIANERMISSION:

THE IECLB AND MISSION AMONG THE INDIANS

Abstract: This paper analyzes the practice of evangelical mission among the native populations within the context of modernization, which was traversing the State of Rio Grande do Sul. The IECLB missions attempt started in 1900 and finished in 1904. In 1886, the Lutheran Church was officially organized in the State of Rio Grande do Sul, and institutionalized the “Sínodo Rio-Grandense”, which had its headquarter in the city of São Leopoldo/RS. It is intended to investigate the development and practice of the “Estatuto da Sociedade *Evangelische Indianermission*” created by the Church in 1904, led by Pastor Rotermund who was a big enthusiastic of practice mission among the natives. This document indicated the instructions for the religious, the way these should undertake missionary work. Furthermore, it is intended to understand the relationship between the State Government, the IECLB and the proposal of mission among the Indians

in the context of discussions on the policies and practices for the indigenous populations in the early twentieth century in the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Indians. IECLB. Catechesis. State of Rio Grande do Sul. Modernization.

Notas

¹ O Comtismo postulava a “lei dos três estados”, segundo a qual a humanidade passara pelas etapas teológica (que se dividia em três idades sucessivas: a fetichista, a politeísta e a monoteísta), metafísica e positiva. (RODRIGUES, 2007, p. 67).

² São aldeamentos indígenas assistidos pelo estado do Rio Grande do Sul, sob os quais o estado era responsável por protegê-los.

³ Para obter mais informações sobre seus escritos, ver: IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 202-227, 1907.

⁴ “Denominada ‘darwinismo social’ ou ‘teoria das raças’, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que ‘não se transmitiriam caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

⁵ Para ter mais informações da estruturação do Sínodo, ver Dreher (1984).

⁶ Acredita-se que os escritos são do Pastor Rotermund, pois foram comparados com escritos de outros documentos da Igreja Evangélica. Esse Pastor esteve presente no processo de estruturação do Sínodo Rio-Grandense.

⁷ De acordo com Stysinsky, já havia a ideia de criar a “Missão Evangélica entre os índios” (STYSINSKI, 1902).

⁸ “[...] As aldeias nas redondezas são: 1) Nonohay, distante uma hora, com o Cacique Antonio Pedro cujos antecessores no cargo foram: Tenente Coronel Caetano, Capitão Chico teco Domingo e Vitorino Conda (do Paraná). 2) O Toldo do rio da Varzea com o Cacique Caetano, antes em Nonohay. 3) O Toldo no Votoro as margens do rio Passo Fundo ou Uruguay Mirim. 4) Em Serrinha ou Pinheiro Ralo seis a sete léguas para o sul com o Cacique Major Manuel de Oliveira. Ao todo os índios mais ou menos 500 almas. Alem desses se teriam estabelecido ainda algumas famílias indígenas sob o comando de um Davi Domingo em Irucy ou Erimbangui no Município de Passo Fundo, nove ou dez léguas distante de Pinheiro Ralo” (STYSINSKI, 1902, p. 161).

⁹ Parte-se dos escritos de SAHLINS, Marshall. Como pensam os nativos. São Paulo: EDUSP, 2001.

¹⁰ Essa notícia pode ser comprovada a partir de: RELATÓRIO de 19 de agosto de 1904. Relatório dos Snrs. Otto Von Judrenka e Curt Haupt, dos Missionários no toldo Serrinha, feito à Comissão Missionária entre os Índios ao Presidente do Estado. 1904a. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Diversos. Indígenas. Lata 299, Maço 5.

¹¹ Os missionários chegam em 04 de agosto de 1903 a Lagoa Vermelha, ao Toldo de Pontão; em 27 de agosto do mesmo ano estavam no Toldo de Serrinha; passaram também por Nonoai (WITT, 1999, p. 49-50).

¹² A autora enfatiza que os padres jesuítas católicos expulsaram Jutrzanja e Haupt de Nonoai em 1905.

Referências

AUS KIRCHE Und Schule/Da Igreja e escola. *Sonntagsblatt/Folha Dominical*, São Leopoldo, v. 14, n. 28, p. 111, 6 jan. 1901.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

DECKMANN, Eliane Cristina. *A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e a questão indígena no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 1985.

Die Indianer-Mission/A missão indígena. *Sonntagsblatt/Folha. Dominical*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 10-11, 21 jul. 1904.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

Evangelische Indianermission. *Arquivo Histórico da Igreja* SR 8/1/010, [1903?].

IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 202-227, 1907.

INSTRUKTION für die Sendboten Otto v. Jutrzenka und Curt Haupt. *Arquivo Histórico da Igreja* SR 8/1/010, 15 jul. 1904.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da Proteção Fraternal do Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 149-204.

RELATÓRIO de 19 ago. 1904. Relatório dos Snrs. Otto Von Judrenka e Curt Haupt, dos Missionários no toldo Serrinha, feito à Comissão Missionária entre

os Índios ao Presidente do Estado. 1904a. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diversos. Indígenas. Lata 299, Maço 5.

RELATÓRIO de 10 set. 1904. Relatório da Comissão Missionária do Sr. D. With Rotermond ao Excmo Sr. Presidente do Estado, Dr. A. A. Borges de Medeiros. 1904b. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diversos. Indígenas. Lata 299, Maço 5.

ROCHA, Leandro Mendes. *Da proteção fraternal ao integracionismo harmonioso: aspectos ideológicos da política indigenista – 1930/1967*. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1993.

RODRIGUES, Cíntia Régia. *As populações nativas sob a luz da modernidade: a proteção fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928)*. 2007. 226 f. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. 2000. 347 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do SPI (Partes II, III, IV, V). *Revista de História*, São Paulo, anos XI-XII, v. XX-XXII, n. 42-46, 1960-1961.

STYSINSKI, Bruno. Indígenas do Rio Grande. *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, anno XVIII, p. 250-251, 1901.

_____. Unfere Indianer in Nonohay. *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, v. 2, p. 156-172, 1902. Tradução de Sílvia Laveuve. Ijuí, Museu Diretor Pestana. Arquivos Kaingang, Guarani e Xetá.

WITT, Osmar Luiz. Primeiros contatos de protestantes com comunidades indígenas no Rio Grande do Sul. In: STARKE, Ingelore. *Brasil – Outros 500: protestantismo e a resistência indígena, negra e popular*. São Leopoldo: Sinodal, COMIN, IEPG, 1999. p. 43-53.

XVII Sinodal-Versammlung/Assembleia Sinodal. *Sonntagsblatt/Folha Dominical*, São Leopoldo, v. 15, n. 51, p. 201, 21 jul. 1903.

Recebido em: 12/ 10/ 2015

Aprovado em: 02/ 03/ 2016